

ATA ORDINÁRIA Nº 08/2025 DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

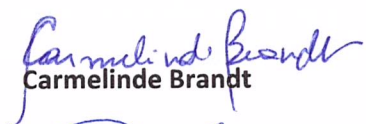
Aos vinte e oito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, as oito horas e trinta minutos quatorze horas, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do TIMBOPREV: Carmelinde Brandt, Joel Ricardo Raiter, Greyce Nardelli Severino e Romero Espíndola e Silva, para acompanhar a carteira de investimentos do Instituto em conformidade com os objetivos estabelecidos pela Política de Investimentos e analisar a alocação dos recursos por cada segmento de mercado e os pareceres e avaliações do cenário macroeconômico proposta pela consultoria de investimento – SMI Consultoria. A Sra. Carmelinde abriu a reunião, dando boas-vindas aos participantes e mencionando a alteração da data da reunião em virtude de férias de alguns membros do Comitê. Em seguida, solicitou a Sra. Greyce que apresentasse um resumo das últimas deliberações e decisões tomadas nas reuniões anteriores. **1) Reuniões anteriores** – A Sra. Greyce apresentou a revisão das deliberações das reuniões realizadas pelo Comitê em julho. **2) Carteira de Investimentos e Demonstrativos** – A Sra. Carmelinde apresentou a posição consolidada da carteira referente ao mês de julho. Ressaltou que as informações gerais do cenário econômico já haviam sido discutidas previamente com a SMI, motivo pelo qual não houve necessidade de nova explanação. Na análise da distribuição da carteira, verificou-se o seguinte fechamento no mês de julho: 64,44% em títulos públicos, 26,29% em CDI/renda fixa, 4,43% em letras financeiras, 2,40% em fundos de renda variável, 0,40% em fundos de participação e 0,04% em conta corrente. O Patrimônio Líquido (PL) encerrou o período em R\$ 183.931.849,13. O retorno da carteira foi positivo no consolidado, com exceção dos fundos de renda variável, que apresentaram resultado negativo: BB FIC FIA Dividendos MIDCAPS, R\$ 55.631,38; Caixa FIC FIA Brasil Ações Livre Quantitativo, R\$ 45.352,72; Guepardo Valor Institucional FIC FIA, R\$ 38.692,07; Tarpon GT Institucional I FIC FIA, R\$ 125.148,37; e Brasil Florestal FIC FIP, R\$ 360,44. Apesar desses resultados, a rentabilidade total da carteira no mês foi de R\$ 1.499.463,17. A meta atuarial de julho foi de 0,66%, enquanto a carteira alcançou 0,83%. No acumulado do ano, a meta foi de 6,19%, frente a 7,18% da rentabilidade da carteira, mantendo-se praticamente um ponto percentual acima da meta. Quanto ao enquadramento, a Sra. Carmelinde destacou que todos os percentuais estão em conformidade com a Política de Investimentos e com a Resolução nº 4.963. No demonstrativo financeiro, considerando as alíquotas suplementares e a taxa de administração, registrou-se um saldo positivo de aproximadamente R\$ 700.000,00 no mês, valor este destinado à conta previdenciária. **3) Recomendações SMI / Aportes Financeiros** – A Sra. Carmelinde apresentou as recomendações da SMI, destacando que, em reunião recente, foram discutidos o cenário econômico, a carteira de investimentos e as projeções de NTN-Bs até 2030. Ressaltou que, conforme a análise da SMI, a recomendação permanece voltada à aplicação em títulos públicos. Foi informado que os cupons recebidos, no montante de R\$ 2.747.000,00, tiveram como sugestão de aplicação a NTN-B 2040. Além disso, conforme atualização do Patrimônio Líquido, a SMI identificou espaço de R\$ 5.800.000,00 para novas alocações, de acordo com os cálculos do ALM. Diante disso, sugeriram aplicar R\$ 2.800.000,00 em NTN-B 2040 e R\$ 2.900.000,00 em NTN-B 2055. A Sra. Carmelinde também levantou a questão da mudança de alíquota suplementar para aportes financeiros, salientando que, uma vez realizado, o valor deve permanecer aplicado por cinco anos, sem possibilidade de utilização para pagamento de benefícios. Informou ainda que iniciou um levantamento preliminar sobre a liquidez financeira com base nas posições atuais, apresentando apenas um esboço inicial, comprometendo-se a concluir o estudo e encaminhá-lo posteriormente. A Sra. Greyce sugeriu que, em momento oportuno, seja convocada reunião extraordinária para deliberação acerca da eventual aquisição de títulos públicos. O Sr. Joel concordou, ressaltando que a análise poderá ser realizada assim que o levantamento estiver concluído. A Sra. Carmelinde destacou que, apesar da previsão de recebimento de diversos títulos até 2030, deve-se avaliar com cautela a questão dos aportes, conforme observado pelo atuário. Ressaltou que, neste primeiro momento, a tendência é manter parte dos recursos em aporte e parte em alíquota, embora não haja garantia de que tal proporção se manterá nos próximos anos, havendo a possibilidade de que todos os valores sejam destinados exclusivamente a aportes. O Sr. Romero questionou se alguém vinha acompanhando as taxas, ao que a Sra. Greyce informou que se encontram todas acima de IPCA + 7. A Sra. Carmelinde reforçou a necessidade de cautela na decisão sobre os aportes,

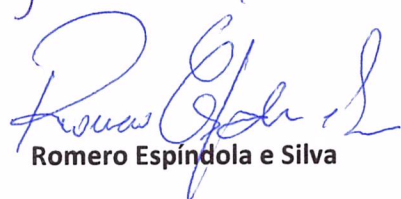


50 a fim de evitar possíveis complicações futuras que possam resultar em falta de recursos. Observou que,
51 embora haja justificativa para resgates, em eventual necessidade, tal situação poderia ensejar críticas ao
52 Comitê por falta de prudência nas deliberações. O Sr. Joel indagou se a matéria já havia sido debatida e
53 aprovada, ao que a Sra. Carmelinde esclareceu que o tema foi postergado para a próxima reunião do
54 Conselho de Administração, ocasião em que será apresentado estudo detalhado. Ressaltou, ainda, que a
55 elevada proporção do índice de folha implica em repercussões, inclusive relacionadas à reposição de
56 servidores. O Sr. Romero observou que, sob a ótica do Timboprev, os aportes configuram uma das
57 alternativas legalmente previstas, razão pela qual o recebimento dos valores continuará a ocorrer. A Sra.
58 Greyce acrescentou que o Sr. Rafael apresentou simulação sobre os vencimentos, destacando que o fluxo
59 de cupons demonstra tranquilidade, não havendo riscos imediatos no curto prazo. A Sra. Carmelinde, por
60 fim, apresentou levantamento preliminar, informando que, atualmente, há R\$ 46 milhões alocados em
61 CDI. Caso todos os recursos fossem destinados a aportes, seria necessário compensar esse montante até
62 2030. Com base nos valores de junho, sem atualização posterior, o total de recebimentos de títulos até
63 2030 seria de aproximadamente R\$ 36 milhões. Ressaltou que ainda haverá parte dos recursos destinados
64 a aportes e parte às alíquotas, lembrando que, em função do índice da Educação, não será possível colocar
65 os valores em aporte. O Sr. Romero destacou que o mês de julho transcorreu dentro da normalidade, sem
66 registro de valores acumulados do COMPREV. A Sra. Carmelinde informou que utilizou metodologia
67 conservadora em suas análises. O Sr. Romero registrou que, em julho, sem considerar a alíquota
68 suplementar, o resultado ficou negativo em R\$ 520.000,00. Ressaltou que, pelas projeções, continuará
69 ingressando a alíquota suplementar dos professores na ordem de R\$ 600.000,00, o que tende a equilibrar
70 as contas, possivelmente gerando pequena sobra. Acrescentou que há expectativa de ingresso de novos
71 servidores no próximo ano, em razão de movimentações relacionadas a reformas e reestruturações,
72 inclusive no âmbito do Timboprev, o que contribuirá para o equilíbrio financeiro, reduzindo a necessidade
73 de resgates. A Sra. Carmelinde informou que iniciou um levantamento preliminar, ainda em forma de
74 esboço, apontando que há folga financeira, mesmo que todos os valores fossem destinados a aportes.
75 Ressaltou, contudo, que a confirmação dependerá dos próximos cálculos atuariais. A Sra. Greyce
76 mencionou que, conforme apresentado pelo Sr. Rafael, deve-se considerar a manutenção de um espaço
77 de 25% em CDI ou em renda variável, desde que em ativos não ilíquidos. O Sr. Joel complementou,
78 lembrando que há ainda o ingresso de cupons futuros. A Sra. Carmelinde concordou, observando que tais
79 recursos devem ser considerados no planejamento, mas reforçou sua postura conservadora, utilizando
80 apenas valores mensais garantidos, sem estimativas do que pode vir a ser aprovado. O Sr. Joel questionou
81 o valor mensal atualmente considerado de COMPREV, ao que a Sra. Greyce respondeu estar em torno de
82 R\$ 98.000,00. A Sra. Carmelinde explicou que esse montante pode variar em razão de eventos como
83 falecimentos, que reduzem o valor, bem como pela necessidade de aprovar novos benefícios que estão
84 em análise. O Sr. Romero indagou se ainda havia valores acumulados, ao que a Sra. Greyce reiterou que o
85 montante atual se mantém em aproximadamente R\$ 98.000,00. A Sra. Carmelinde acrescentou que uma
86 portaria recente havia suspendido as análises por dois meses, situação que já foi revertida, ainda que sem
87 registros de deferimentos até o momento. O Sr. Romero concluiu que, diante desse cenário, não se deve
88 contar com valores adicionais, devendo-se manter como referência apenas os montantes mensais já
89 confirmados, admitindo inclusive eventuais ajustes para baixo. O Sr. Joel observou que também deve ser
90 considerada a despesa administrativa para manutenção do Instituto, destacando que há um aumento
91 anual estimado em torno de 10%, conforme parâmetros semelhantes à LDO. Ressaltou ainda a
92 possibilidade de elevação dos gastos com pessoal, o que impactaria diretamente nas projeções financeiras.
93 A Sra. Carmelinde esclareceu que, em suas análises, já considera a Taxa de Administração como um todo,
94 visto que este é o limite de recursos disponíveis para despesas. Ressaltou que, apesar disso, o Instituto
95 nunca atinge o limite máximo, havendo sempre certa folga. Acrescentou, ainda, que eventual sobra da
96 Taxa de Administração, caso não retorne para a conta previdenciária, não poderá ser utilizada para
97 pagamento de benefícios, permanecendo registrada em cada exercício conforme as condições legais. **4)**
98 **Movimentações Financeiras do Mês e Radar de Investimentos** – A Sra. Carmelinde informou que, neste
99 mês, foram recebidos os cupons de títulos, os quais foram aplicados no fundo Caixa FI Brasil Matriz Renda
100 Fixa (CNPJ 23.215.008/0001-70), conforme previamente deliberado, a fim de evitar a permanência dos

valores em conta corrente. Ressaltou, ainda, que todos os trâmites referentes ao Fundo 4UM FI RF CRÉDITO PRIVADO LP foram concluídos, com a transferência dos valores já efetivada, de modo que no relatório de agosto o segmento de Crédito Privado constará na carteira. Em relação às deliberações anteriores, recordou que havia sido definido o aporte de R\$ 600.000,00 Bradesco FIC Performance Institucional Crédito Privado Renda Fixa (CNPJ 44.961.198/0001-45); e R\$ 600.000,00 Itaú KINEA Institucional Credito Privado (CNPJ 57.454.364/0001-69). Observou, entretanto, que será necessário verificar os procedimentos de credenciamento e cadastro junto às instituições. A Sra. Greyce esclareceu que, tanto no Itaú quanto no Bradesco, os documentos necessários para análise dos fundos já se encontram disponíveis, bastando apenas a formalização do credenciamento e a coleta das assinaturas pertinentes, inclusive da gestora. Na análise do Radar de Investimentos, o Comitê avaliou a intenção de aportes nos fundos de crédito privado, manifestando dúvida quanto a um fundo do Bradesco com melhor avaliação. Após consulta ao Sr. Fernando Pasini (Gerente Institucional do Bradesco), confirmou-se que o referido fundo não estava disponível para aportes. A Sra. Carmelinde ponderou que, caso se concretizem aportes adicionais nesses fundos de crédito privado, os recursos poderiam ser resgatados de cada instituição financeira vinculada e da 4UM do fundo Caixa FI Brasil Matriz Renda Fixa (CNPJ 23.215.008/0001-70). A Sra. Greyce sugeriu que fossem utilizados, preferencialmente, os valores provenientes de cupons semestrais para tais aplicações. Destacou, ainda, que a legislação estabelece que a sugestão da SMI Consultoria é de respeitar um limite de 1% a 2% do Patrimônio Líquido, não podendo ultrapassar 0,5% por fundo. O Sr. Joel observou que, no caso do Itaú, o fundo pretendido não aparece no radar. A Sra. Greyce explicou que isso ocorre porque o fundo ainda não completou um ano de existência, estando previsto para alcançar o prazo mínimo em setembro, quando passará a constar no radar. A Sra. Carmelinde concluiu que, nesse primeiro momento, deverá ser priorizada a operacionalização do aporte no fundo do Bradesco, e, posteriormente, o do Itaú em virtude do fundo não ter um ano de existência. 5)

Eventos e Reuniões Realizadas com Instituições Financeiras – A Sra. Carmelinde informou que, no mês de julho, foram realizadas reuniões informais com representantes das instituições Privatiza, Empire Capital e Santander, sem agendamento prévio. Em agosto, ocorreram encontros com a Privatiza, e com o Safra, atendido pelo Sr. Romero. Também esteve presente o Sr. Rodrigo, da Grid Investimentos/Água Educacional, que tratou prioritariamente de questões relacionadas à área educacional. A Sra. Carmelinde detalhou que a instituição educacional desenvolveu um sistema de acompanhamento e controle de documentos necessários para o Pró-Gestão, permitindo a atualização de cada item dentro dos prazos estipulados. Destacou, ainda, que são oferecidas palestras, assessoria em educação previdenciária e suporte jurídico, sendo enviada inclusive proposta formal, que ainda não foi analisada. Ressaltou a necessidade de adequação da estrutura do Instituto, mencionando a importância de avaliar o aumento de equipe e de suporte jurídico para implementar o Pró-Gestão de forma consistente, sem comprometer as obrigações já existentes. A Sra. Greyce acrescentou que, durante evento da CNM, observou que muitos municípios que implementaram o Pró-Gestão não conseguiram manter a certificação em períodos posteriores. O Sr. Romero comentou que a perda de certificação frequentemente ocorre devido à saída de consultorias após a implementação inicial, o que dificulta a manutenção das exigências. A Sra. Carmelinde complementou que o desafio não está apenas na implementação, mas na manutenção contínua das condições necessárias para conservar a certificação. Informou que, para fins de reestruturação administrativa, consultou outros institutos e constatou que aqueles com pequena estrutura de pessoal cumprem apenas as obrigações básicas, não conseguindo avançar ou manter certificações adicionais. Por outro lado, institutos com estrutura ampla e equipe adequada conseguem manter e até elevar o nível de certificação do Pró-Gestão, participando inclusive de premiações relacionadas. Ao final dos assuntos, a Sra. Carmelinde declarou não haver outros pontos a serem tratados, e os demais participantes confirmaram que não havia pendências adicionais. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos participantes da reunião presentes. Timbó, 28/08/2025.


Carmelinde Brandt


Romero Espindola e Silva


Joel Ricardo Raiter


Greyce Nardelli Severino

EM BRANCO